

JULIO CESAR MARCELLINO JR.

**ANÁLISE ECONÔMICA
DO ACESSO À JUSTIÇA:
DILEMAS DA LITIGÂNCIA PREDATÓRIA
E INAUTÊNTICA**

Prefácio do Prof. Dr. Teori Zavascki
Ministro do Supremo Tribunal Federal

Copyright © 2018 | *by Julio Cesar Marcellino Junior*
Gabriel Annoni Cardoso
Marlon Fornighieri
 Conselho de Administração | *Jéssica Gonçalves*
 Editora-Chefe | *Carla Botto de Barros*
 Capa e Diagramação

CONSELHO EDITORIAL

Aldacy Rachid Coutinho – UFPR	Jéssica Gonçalves – UFSC
Alexandre Moraes da Rosa – UFSC e Univali	Jorge Bheron Roche – Unifor
Alfredo Copetti Neto – Unioeste e Unijui	Juan Carlos Vezulla – IMAP PT
Ana Cláudia Rastos de Pinho – UFPA	Julio Cesar Marcellino Jr. – UNIVALI
Claudio Ladeira de Oliveira – UFSC	Luiz Henrique Cademartori – UFSC
Claudio Melim – Univali	Márcio Ricardo Staffen – Imed RS
Daniela Villani Bonaccorsi – Imed	Maria Cláudia da Silva Antunes de Souza – Univali
Denise Schmitt Siqueira Garcia – Univali	Orlando Celso da Silva Neto – UFSC
Diogo Rudge Malan – Uerj, UFRJ e FGV DIREITO RJ	Pedro Miranda de Oliveira – UFSC
Eduardo de Avelar Lamy – UFSC	Sérgio Ricardo Fernandes de Aquino – Imed
Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto UFSC e Univali	Roberto Micu – Universidade de Coimbra-PT
Gabriel Real Ferrer – Univali e Universidad de Alicante-ES	Thiago Fabres de Carvalho – FDV
Gisela França da Costa – Estácio de Sá-Unesa, Uerj e Emerj	Thiago M. Minagê – UFRJ, Unesa e ABDConst-Rio

FICHA CATALOGRÁFICA

M314	Marcellino Junior, Julio Cesar Análise econômica do acesso à justiça: dilemas da litigância predatória e inautêntica / Julio Cesar Marcellino Junior. __ 2. ed. __ Florianópolis: EMais, 2018.
	258 p. Inclui bibliografias.
	ISBN: 978-85-94142-32-0
	1. Direito. 2. Acesso à justiça. 3. Direito – Aspectos econômicos. I. Título.

Biblioteca: Yara Menegatti – CRB 14/488

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e seus §§ 1º, 2º e 3º; Lei da Lei 10.893 de 01/07/2003), sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98)

Todos os direitos desta edição reservados à EMais.
www.emaiseditora.com.br
euquero@emaiseditora.com.br
 Florianópolis/SC

SUMÁRIO

NOTA INTRODUTÓRIA	15
PREFÁCIO	23
INTRODUÇÃO	29
CAPÍTULO 1	
CAPITALISMO, GLOBALIZAÇÃO E ESTADO: A LÓGICA EFICIENTISTA E SUAS IMPLICAÇÕES	35
1.1. CAPITALISMO E DEMOCRACIA: EVOLUÇÃO HISTÓRICA E (DES)CONEXÕES	36
1.2. O CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E O ATUAL ESTÁGIO DO “ESTADO CORPORATISTA” NO OLHAR DE NAOMI KLEIN	40
1.3. O NEOLIBERALISMO A PARTIR DE FRIEDRICH VON HAYEK E MILTON FRIEDMAN: O CIRCUITO MONTPÉLERIN-CHICAGO	47
1.4. A EFICIÊNCIA COMO CÓDIGO DA MATRIZ NEOLIBERAL E SUA DIMENSÃO IDEOLÓGICA: O CÂMBIO ENTRE MEIOS E FINS	60
1.5. A GLOBALIZAÇÃO COMO FENÔMENO ECONÔMICO DE PODER: A NOVA FACE DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO	66
CAPÍTULO 2	
DIREITO E ECONOMIA: DAS PRIMEIRAS CONEXÕES ATÉ O LAW AND ECONOMICS SCOLARSHIP	77
2.1. DAS PRIMEIRAS CONEXÕES ENTRE DIREITO E ECONOMIA AO MOVIMENTO <i>LAW AND ECONOMICS</i> ..	77
2.2. A <i>LAW AND ECONOMICS</i> EM RICHARD POSNER ..	88
2.2.1. A EXPANSÃO DA <i>LAW AND ECONOMICS</i> PARA OS PAÍSES DO <i>CIVIL LAW</i> : O CASO BRASILEIRO	90
2.2.2. O <i>PRAGMATIC TURN</i> E O NOVO <i>ETHOS</i> JUDICIAL: DIREITO E DEMOCRACIA A PARTIR DA ABORDAGEM PRAGMÁTICA ..	93
2.2.3. POSNER RELENDO BENTHAM, HAYEK E DWORKIN	102
2.2.4. O SUJEITO ECONÔMICO E A MAXIMIZAÇÃO DA RIQUEZA COMO NORMA DE FUNDAMENTO ÉTICO	110
2.2.5. JUSTIÇA COMO (NEO)EFICIÊNCIA NA PERSPECTIVA MAXIMIZADORA	116
2.2.6. O JUIZ PRAGMÁTICO COMO ATOR LABORAL NO MERCADO: INTERPRETAÇÃO CONSEQUENCIALISTA E ABORDAGEM BEHAVIORISTA DO DIREITO	120

CAPÍTULO 3**O ACESSO À JUSTIÇA: DA TEORIA CLÁSSICA AO ATUAL
MODELO DE “JUSTIÇA EM NÚMEROS” 125**

3.1. A TEORIA DE ACESSO À JUSTIÇA E O “PROJETO DE FLORENÇA”: A IMPORTÂNCIA DE MAURO CAPPELLETTI	126
3.2. O MODELO TRADICIONAL DE ACESSO À JUSTIÇA E SEU ACOLHIMENTO NO BRASIL: DESAFIOS E DIFICULDADES	130
3.3. O DIREITO DE ACESSO À JUSTIÇA E SUA DEFINIÇÃO CONCEITUAL: O OLHAR DA DOCTRINA BRASILEIRA	133
3.4. A QUESTÃO DA GRATUIDADE DO ACESSO NO MODELO PÁTRIO: JUSTIÇA GRATUITA, ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA E ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA	137
3.5. O ACESSO À JUSTIÇA E O MODELO GERENCIAL DE GESTÃO: A LÓGICA DO “JUSTIÇA EM NÚMEROS”	146
3.5.1. AS REFORMAS CONSTITUCIONAIS E SUAS IMPLICAÇÕES: DO DOCUMENTO TÉCNICO N.º 319 DO BANCO MUNDIAL ÀS EMENDAS CONSTITUCIONAIS N.º 19/1998 E N.º 45/2004	146
3.5.2. O CHOQUE DE GESTÃO NO PODER JUDICIÁRIO: A POLÍTICA DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E SEUS EFEITOS	155

CAPÍTULO 4**MAXIMIZAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA: DA
“TRAGÉDIA DO ACESSO” À POSSIBILIDADE DE UM
PROCESSO DEMOCRÁTICO E EFETIVO..... 171**

4.1. O AMBIENTE DE ESCASSEZ DE RECURSOS E OS LIMITES DO PODER JUDICIÁRIO: A TEORIA DA “TRAGÉDIA DOS COMUNS” COMO “TRAGÉDIA DO ACESSO À JUSTIÇA”	172
4.2. ANÁLISE ECONÔMICA DA LITIGÂNCIA E SUAS VERTENTES: RELEITURA DA VISÃO TRADICIONAL DO LITÍGIO	178
4.3. O EXCESSO DE LITIGÂNCIA E O “ACESSO INAUTÊNTICO”: O ABUSO DE DIREITO DE AÇÃO EM ANÁLISE	186
4.4. MAXIMIZAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA: A BUSCA DA CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO DE ACESSO POR MEIO DA AÇÃO EFICIENTE	194
4.5. LITIGÂNCIA FRÍVOLE E LITIGÂNCIA HABITUAL: OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DO PROCESSO JUDICIAL DEMOCRÁTICO	201
4.5.1. A FRIVOLIDADE E A HABITUALIDADE NO COTIDIANO FORENSE	211
4.6. A HERMENÊUTICA PRAGMÁTICA DA EFETIVIDADE PROCESSUAL E AS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS PARA O ENFRENTAMENTO DOS FENÔMENOS DA FRIVOLIDADE E DA HABITUALIDADE	214

CONSIDERAÇÕES FINAIS 229**REFERÊNCIAS 241****ANEXO A - JURISPRUDÊNCIAS..... 249**